



Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Barra do Rocha

1

Segunda-feira • 22 de Julho de 2019 • Ano • Nº 2275

Esta edição encontra-se no site: www.barradorocha.ba.gov.br

Prefeitura Municipal de Barra do Rocha publica:

- **Processo de Escolha em Data Unificada - Conselheiros Tutelares - Segunda Etapa - Exame de Conhecimentos Básicos e Específicos.**
- **Processo Seletivo em Data Unificada - Conselheiro Tutelar - Exame de Conhecimentos Específicos - Gabarito Definitivo da Prova Realizada em 21 de Julho de 2019.**

TRANSPARÊNCIA
AUTONOMIA OFICIALIDADE

Imprensa Oficial. Tá aqui, tá legal.

Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a gestão seja mais transparente. A Imprensa Oficial cumpre esse papel.

Imprensa Oficial
a publicidade legal
levada a sério

Atos Administrativos

PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA **CONSELHEIROS TUTELARES**

SEGUNDA ETAPA - EXAME DE CONHECIMENTOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS

Data de aplicação: 21 de julho de 2019

Leia com atenção as instruções abaixo

- ✓ Abra este caderno de prova somente quando for autorizado.
- ✓ Esta é a Avaliação de Conhecimentos Específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8069/90.
- ✓ Leia todas as orientações antes de iniciar a prova.
- ✓ A duração da Prova será de 04h(quatro horas) – das 08:00h às 12:00h.
- ✓ Esta prova contém 30 (trinta) questões enumeradas, de múltipla escolha, com 05 alternativas para cada uma das questões, sendo cada questão no valor de 01 (um) ponto.
- ✓ A avaliação é individual, sem consulta a qualquer material, livro, texto etc. Os celulares devem ser desligados, bem como quaisquer outros equipamentos eletrônicos, sob pena de desclassificação em caso de tocar, vibrar ou despertar, e deverão ser deixados na mesa à frente com o fiscal de prova.
- ✓ Não será permitido ao candidato, quando da realização da prova:
 - * Comunicar-se com outro candidato;
 - *Retirar-se do local da prova sem autorização;
- ✓ Será excluído do processo de escolha o candidato que, por qualquer motivo faltar às provas ou, durante sua realização, for flagrado comunicando-se com outro candidato ou pessoa estranha, por gestos, oralmente, por escrito, por meio eletrônico ou não.
- ✓ As questões devem ser respondidas com caneta esferográfica azul ou preta no CARTÃO-RESPOSTA.
- ✓ Não preencha duas opções para a mesma questão (múltipla escolha). Caso isso ocorra a questão será invalidada;
- ✓ Não dobre, não amasse, nem rasure a CARTÃO-RESPOSTA. .
- ✓ Ao final da AVALIAÇÃO, devolva o CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA. devidamente preenchida, assinada e conferida. Será automaticamente excluído do processo de escolha o candidato que não devolver o CARTÃO-RESPOSTA. ou devolvê-la sem assinatura.
- ✓ Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros.
 - ✓ Os três últimos a ficarem na sala, deverão permanecer até que o último tenha terminado e entregue a prova.

Boa prova!

Realização:

ISOSRC
INSTITUTO RIO DE CONTA

Caderno de Questões

Seletiva para Conselheiro Tutelar/ Barra do Rocha - Ba

ISOSRC
INSTITUTO RIO DE CONTA

ECA - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 01

Roberta, mãe de Lucas, que possui um ano de idade, encontra-se presa, condenada por crime de roubo praticado em concurso com dois menores. Nessa situação, segundo prevê o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069/90:

- A) a condenação de Roberta, advinda de sentença penal com trânsito em julgado, à pena de quatro anos de reclusão, enseja, obrigatoriamente, a suspensão do poder familiar da condenada sobre Lucas.
- B) caso Lucas esteja em fase de amamentação, a prisão de sua genitora é ilegal.
- C) Roberta só poderá ver seu filho após o cumprimento da pena.
- D) Lucas tem direito a ser amamentado por Roberta, impondo a lei que os estabelecimentos penais destinados às mulheres sejam dotados de berçários onde as condenadas possam amamentar seus filhos.
- E) se Roberta for condenada ao cumprimento de pena, em regime semiaberto, terá o direito de cumprir a pena em sua residência até o término da amamentação.

Questão 02

Na hipótese de uma professora do ensino fundamental suspeitar que um dos seus alunos, de 8 anos de idade, está sendo vítima de agressões físicas, deverá a mesma realizar comunicação:

- A) ao Juízo da Infância e da Juventude.
- B) à autoridade policial, que deverá instaurar inquérito policial.
- C) ao Conselho Tutelar da localidade.
- D) à entidade de acolhimento da localidade para que possa recepcionar o menor.
- E) ao Ministério Público.

Questão 03

Tício, condenado à pena de reclusão de 25 anos em regime fechado, é pai de Caio, que possui 3 anos de idade. Nessa situação, conforme dispõe o ECA

- A) será garantido a Caio a convivência com seu genitor, por meio de visitas periódicas, que deverão ser promovidas pelo responsável ou, na hipótese de acolhimento institucional, pela entidade responsável, desde que haja prévia autorização judicial.
- B) será garantido a Caio a convivência com seu genitor, por meio de visitas periódicas, que deverão ser promovidas pelo responsável ou, na hipótese de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente autorização judicial.
- C) será garantido a Caio a convivência com seu genitor, por meio de visitas periódicas, que deverão ser promovidas pelo Conselho Tutelar da localidade ou, na hipótese de acolhimento institucional, pela entidade responsável, desde que haja prévia autorização judicial.
- D) não será garantido a Caio a convivência com seu genitor, em virtude da condenação criminal imposta ao mesmo.

Caderno de Questões

Seletiva para Conselheiro Tutelar/ Barra do Rocha - Ba

ISOSRC
INSTITUTO RIO DE CONTA

- E) será garantido a Caio a convivência com seu genitor, por meio de visitas periódicas, que deverão ser promovidas pela equipe de apoio à Vara de Infância e da Juventude da localidade do presídio onde Tício se encontra recluso.

Questão 04

Suponhamos que Magda lesionou gravemente sua filha de onze anos de idade, após ter descoberto que a mesma não era mais virgem. Nessa situação hipotética, sabendo-se que o crime de lesão corporal grave é punido com pena de reclusão, tendo havido a condenação de Magda, prevê o ECA que:

- A) será garantido à filha de Magda a convivência com sua genitora, por meio de visitas periódicas, que deverão ser promovidas pelo responsável ou, na hipótese de acolhimento institucional, pela entidade responsável, desde que haja autorização judicial.
B) Magda continuará, mesmo reclusa, a exercer o seu poder familiar.
C) não pode haver ingerência do Estado na educação que Magda oferece à filha.
D) Magda perderá o direito de convivência com a filha durante o cumprimento da pena.
E) haverá a destituição do poder familiar de Magda.

Questão 05

De conformidade com o que dispõe o ECA, em virtude da alteração promovida por conta do debate acerca da “lei da palmada”, objetivando a ampliação da proteção do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, passou o Estatuto da Criança e do Adolescente e/ou outras leis correlatas a

- A) tipificar como crime autônomo a conduta de submeter criança ou adolescente sob sua guarda ou vigilância a castigos físicos imoderados.
B) considerar a prática reiterada de violência física e psicológica contra a criança ou adolescente como fundamento autônomo para decretação da perda do poder familiar.
C) tornar inafiançável o crime de maus tratos praticado por ascendente contra descendente menor de 18 anos.
D) sujeitar os pais que utilizarem castigo físico como forma de correção ou disciplina de filhos, crianças ou adolescentes, à medida de encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico, a qual será aplicada pelo Conselho Tutelar.
E) instituir a figura jurídica do refúgio protegido, oponível aos pais, por meio do qual um terceiro, com o qual a criança tenha vínculo de afetividade, fica autorizado a acolhê-la emergencialmente, até que a autoridade judicial decida seu destino.

Questão 06

Carlos, com 19 anos de idade, e Cláudia, com 35 anos de idade, convivem em união estável, pretendendo, ambos, adotar a pequena Maria, com 2 anos de idade. Maria é filha biológica de Roberta, irmã de Cláudia, sendo desconhecido o pai biológico de Maria. A genitora da infante, por sua vez, foi destituída do seu poder familiar, motivo pelo qual a guarda da menor foi conferida ao casal Carlos e Cláudia. Um mês após ingressar com a ação de adoção

-3-

Caderno de Questões

Seletiva para Conselheiro Tutelar/ Barra do Rocha - Ba

ISOSRC
INSTITUTO RIO DE CONTA

Carlos faleceu, vítima de um infarto fulminante, sendo que não havia o casal providenciado sua inscrição junto ao cadastro de adoção. Nessa situação, de acordo ao que dispõe o ECA

- A) a ausência de inscrição no cadastro, nesse caso, não impede o deferimento da adoção ao casal.
- B) Cláudia encontra-se impedida de adotar, em virtude do parentesco com a menor.
- C) a adoção será deferida somente à Cláudia, por conta da ausência do requisito da diferença mínima de idade exigida pela lei entre Carlos e Maria.
- D) a adoção depende da autorização da mãe biológica da menor.
- E) Carlos não poderia adotar, por ter menos de 21 anos de idade.

Questão 07

Analise as seguintes assertivas, todas relativas ao Estatuto da Criança e do Adolescente:

- I. O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 anos.
- II. Só podem adotar os maiores de 21 anos, independentemente do estado civil.
- III. Toda criança ou adolescente que estiver incluída em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada seis meses.
- IV. A permanência de criança ou adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 5 anos, salvo comprovada necessidade.
- V. Toda criança e adolescente tem o direito a ser educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

A partir dessa análise, pode-se concluir que estão CORRETAS apenas

- A) I, II e III.
- B) I, III e V.
- C) I, IV e V.
- D) II, IV e V.
- E) III, IV e V.

Caderno de Questões

Seletiva para Conselheiro Tutelar/ Barra do Rocha - Ba

ISOSRC
INSTITUTO RIO DE CONTA

Questão 08

Segundo a lei 8.069/90, as entidades de atendimento que desenvolvem programas de abrigo para criança e adolescente devem

- A) Providenciar, quando possível, a transferência de grupo de irmãos desmembrados para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados.
- B) Evitar o contato das crianças e adolescentes abrigados com a família de origem.
- C) Preservar os vínculos familiares, dar atendimento personalizado a pequenos grupos, bem como desenvolver atividades em regime de coeducação.
- D) Participar da vida política da localidade onde se encontram inseridas.
- E) Proibir a participação de pessoas da comunidade no processo educativo das crianças e adolescentes abrigados.

Questão 09

Com base no que dispõe o ECA, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

- A) As entidades de atendimento somente podem ser fiscalizadas pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público.
- B) As entidades de atendimento podem ser fiscalizadas somente pelo Poder Judiciário.
- C) As entidades de atendimento podem ser fiscalizadas pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.
- D) As entidades de atendimento podem ser fiscalizadas somente pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.
- E) As entidades de atendimento podem ser fiscalizadas somente pelos Conselhos Tutelares.

Questão 10

Com relação às medidas de proteção e das medidas pertinentes aos pais ou responsável, indique a alternativa CORRETA.

- A) Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar deve elaborar um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar do menor, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário exarada pelo Conselho Tutelar da localidade, caso em que está prevista a colocação da criança ou adolescente em família substituta.
- B) Excepcionalmente, quando for constatada ausência de condição financeira dos pais, pode a autoridade judiciária decretar a suspensão do poder familiar dos mesmos, até que a família seja incluída em programa social do governo.
- C) Não sendo possível a reintegração da criança ou do adolescente à sua família de origem, após seu encaminhamento a programas oficiais ou comunitários de orientação, apoio e promoção social, será enviado relatório à Defensoria Pública, no intuito de que seja ajuizada a competente ação de destituição do poder familiar, ou destituição da tutela ou guarda.

Caderno de Questões

Seletiva para Conselheiro Tutelar/ Barra do Rocha - Ba

ISOSRC
INSTITUTO RIO DE CONTA

- D) Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar deve elaborar um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar do menor, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário exarada pela autoridade judiciária competente, caso em que está prevista a colocação da criança ou adolescente em família substituta.
- E) Na hipótese de dependência química grave dos pais ou responsável, deve a autoridade judiciária, buscando evitar violação a direito fundamental do menor, determinar a internação compulsória do pai ou responsável em clínica especializada para tratamento de dependentes químicos.

Questão 11

Conforme dispõe o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069/90, na hipótese de concessão de remissão, pelo Ministério Público, poderá ser aplicada qualquer das medidas previstas no estatuto, com EXCEÇÃO de:

- A) internação e colocação em regime de semiliberdade.
B) liberdade assistida e internação.
C) prestação de serviços à comunidade e semiliberdade.
D) advertência e reparação do dano.
E) semiliberdade e reparação do dano.

Questão 12

As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no _____, o qual comunicará o registro ao _____ e à autoridade judiciária da respectiva localidade. As lacunas acima indicadas estarão CORRETAMENTE preenchidas com os respectivos órgãos:

- A) A Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
B) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
C) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.
D) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.
E) Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.

Questão 13

Segundo prevê o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar é um órgão

- A) “permanente e independente, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.”
B) “permanente, autônomo e jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.”
C) “temporário e independente, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.”

Caderno de Questões

Seleativa para Conselheiro Tutelar/ Barra do Rocha - Ba

ISOSRC
INSTITUTO RIO DE CONTA

- D) “permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pelo Poder Público Municipal de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.”
- E) “permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.”

Questão 14

Segundo previsto pelo Eca, em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo

- A) 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, vedada a recondução.
- B) 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.
- C) 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 8 (oito) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.
- D) 2 (dois) Conselhos Tutelares como órgãos integrantes da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, cada um, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.
- E) Todas as alternativas estão incorretas.

Questão 15

Aos membros do Conselho Tutelar são assegurados os seguintes direitos:

- A) Cobertura Previdenciária, gozo de férias semestrais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal e licença-maternidade.
- B) Cobertura Previdenciária, adicional de tempo de serviço e gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal.
- C) Licença-maternidade, gratificação natalina e Licença-paternidade.
- D) Licença-maternidade, Cobertura Previdenciária e gozo de férias semestrais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal.
- E) Cobertura Previdenciária, gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal e auxílio moradia.

Questão 16

Dentre as atribuições do Conselho Tutelar, está compreendida a de

- A) Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; b) representar junto ao Ministério Público nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

Caderno de Questões

Seletiva para Conselheiro Tutelar/ Barra do Rocha - Ba

ISOSRC
INSTITUTO RIO DE CONTA

- B) Encaminhar à autoridade judiciária notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- C) Expedir intimações.
- D) Encaminhar à administração pública a que é vinculado os casos de sua competência.
- E) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

Questão 17

As decisões do Conselho Tutelar, conforme reza o Estatuto da Criança e do Adolescente, poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido

- A) Do Ministério Público e entidade de acolhimento institucional.
- B) De entidade de acolhimento institucional.
- C) Somente do Ministério Público.
- D) De quem tenha legítimo interesse.
- E) De quem tenha legítimo interesse e do Ministério Público.

Questão 18

É expressamente proibido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente

- A) A aplicação de medida de prestação de serviços à comunidade a menores de 16 anos.
- B) Venda, a criança e adolescente, de brinquedos e jogos que estimulam o comportamento violento.
- C) Abrigos que atendam, no mesmo espaço físico, adolescente de ambos os sexos.
- D) O conselheiro tutelar de integrar o conselho municipal dos direitos da criança e dos adolescentes.
- E) Cunhados, durante o cunhado, de servirem no mesmo conselho tutelar durante o mesmo mandato.

Questão 19

O Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, age fora da previsão legal (lei 8.069/90), quando:

- A) Entrega criança a seus pais ou responsável, mediante termo de guarda provisória.
- B) Atende e aconselha os pais ou responsável.
- C) Promove a execução de suas decisões, requisitando serviços de saúde.
- D) Expede notificações.
- E) Fiscaliza entidade governamentais e não-governamentais.

Questão 20

Conforme expressamente previsto pelo ECA, a Justiça da Infância e da Juventude

- A) Não adota, em seus procedimentos, qualquer formalidade.
- B) Deve contar com varas especializadas, obrigatoriamente criadas pelos Estados em cidades de grande porte.

Caderno de Questões

Seletiva para Conselheiro Tutelar/ Barra do Rocha - Ba

ISOSRC
INSTITUTO RIO DE CONTA

- C) Tem competência para, em alguns casos, suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento.
- D) Deve contar com equipe interprofissional de assessoramento, cujos componentes têm assegurada livre manifestação do ponto de vista técnico, não estando subordinada imediatamente à autoridade judiciária
- E) Em hipótese alguma pode julgar processos de adoção de maior.

Questão 21

Com relação aos recursos, que podem ser manejados na Justiça da Infância e da Juventude, os prazos

- A) A Serão sempre de dez dias.
- B) Para o Ministério serão contados em dobro.
- C) Serão sempre de dez dias, salvo nos embargos de declaração.
- D) Serão de oito dias para apelar e de cinco dias para embargos de declaração.
- E) Serão sempre de oito dias, salvo nos embargos de declaração.

Questão 22

No tocante ao papel do Ministério Público, dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente que compete ao órgão

- A) Conceder a remissão como forma de suspensão do processo.
- B) Promover, mediante autorização do Juiz da Infância e da Juventude, o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência.
- C) Promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas às crianças.
- D) Conceder a remissão como forma de exclusão do processo.
- E) Determinar, desde que comprovada a autoria e a materialidade, a internação do adolescente autor de ato infracional.

Questão 23

No que concerne às medidas socioeducativas, indique a alternativa INCORRETA:

- A) A prestação de serviços à comunidade será fixada pelo prazo mínimo de seis meses.
- B) Na hipótese de aplicação da medida socioeducativa de liberdade assistida não é obrigatória a intimação pessoal do adolescente.
- C) As medidas socioeducativas de privação da liberdade estão sujeitas ao princípio da brevidade, excepcionalidade e respeito à peculiar condição de pessoa em desenvolvimento.
- D) A medida de semiliberdade possibilita a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.
- E) A remissão concedida a adolescente não pode ser cumulada com medida socioeducativa de semiliberdade.

Caderno de Questões

Seletiva para Conselheiro Tutelar/ Barra do Rocha - Ba

ISOSRC
INSTITUTO RIO DE CONTA

Questão 24

Com relação à medida socioeducativa de internação, prevista no ECA, analise os itens a seguir.

- I. Quando da apuração de ato infracional praticado por adolescente, não há exigência de defesa técnica realizada por advogado ou defensor público.
- II. É possível a aplicação de internação provisória pelo prazo máximo de 55 dias.
- III. A liberação compulsória aos 21 anos de idade.
- IV. A internação não comporta prazo determinado e deve ser reavaliada a cada seis meses.

Está CORRETO o que se afirmar apenas em:

- A) I, II e III.
- B) III.
- C) II, III e IV.
- D) I, II e IV.
- E) I e IV.

Questão 25

Paulo, menor com 15 anos de idade, praticou ato infracional equiparado a furto contra sua vizinha de 90 anos de idade, razão pela qual foi aplicada ao mesmo, medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade. Nessa situação, conforme prevê o ECA,

- A) Se Paulo descumprir de forma reiterada e injustificada a medida, pode ficar internado por até três meses.
- B) Poderá haver a prorrogação da medida até um ano.
- C) A medida deve ser cumprida em horário normal de expediente, mesmo afetando o horário escolar de Paulo, por possuir efeito pedagógico ao menor.
- D) Se Paulo comprovar que conseguiu um emprego será dispensado do cumprimento da medida.
- E) Na hipótese de menor sem antecedentes não é possível a aplicação da medida.

Questão 26

Segundo dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, nas comarcas onde não houver Conselho Tutelar, suas funções serão exercidas pelo(a)

- A) A Autoridade policial.
- B) Ministério Público.
- C) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- D) Comissariado da Infância e Juventude.
- E) Autoridade Judiciária.

Caderno de Questões

Seletiva para Conselheiro Tutelar/ Barra do Rocha - Ba

ISOSRC
INSTITUTO RIO DE CONTA

Questão 27

A conduta do dono de um restaurante de servir uma taça de vinho a um adolescente de 17 anos, acompanhado do seu genitor, configura

- A) A Crime previsto no ECA.
- B) Infração Administrativa, prevista no ECA.
- C) Crime, previsto no Código Penal.
- D) Conduta atípica.
- E) Contravenção Penal.

Questão 28

Na hipótese de procedimento para perda ou suspensão do poder familiar, se o genitor do adolescente se encontrar privado de sua liberdade, segundo dispõe o ECA

- A) A Não será ouvido pela autoridade judiciária.
- B) Dispensa-se a realização do procedimento.
- C) Será ouvido se houver pedido do Ministério Público nesse sentido.
- D) Será ouvido se houver solicitação do mesmo nesse sentido.
- E) A autoridade judiciária requisitará a sua apresentação para colher a sua oitiva.

Questão 29

Nos termos do que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, o adolescente que for apreendido, por força de ordem judicial ou por flagrante de ato infracional, será encaminhado, respectivamente

- A) A Ao Conselho Tutelar e à autoridade policial.
- B) À Entidade de acolhimento institucional e ao Conselho Tutelar.
- C) Comissariado da Infância e Juventude e à autoridade judiciária.
- D) À autoridade judiciária e à autoridade policial.
- E) Encaminhado à autoridade policial e à autoridade judiciária.

Questão 30

De acordo com o previsto no ECA, a remissão, como forma de extinção do procedimento,

- A) Poderá ser aplicada em qualquer fase do procedimento.
- B) Poderá ser aplicada em qualquer fase do procedimento, antes da sentença.
- C) Só poderá ser aplicada pelo Ministério Público.
- D) Não se aplica aos menores com mais de 16 anos.
- E) Somente pode ser aplicada se houver a reparação do dano causado pelo ato infracional.

Caderno de Questões

Seletiva para Conselheiro Tutelar/ Barra do Rocha - Ba

ISOSRC
INSTITUDO RIO DE CONTA



PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE BARRA DO ROCHA
CNPJ: 14.234.850/0001-69

Secretaria de
Ação e Desenvolvimento
Social

CMDCA

Conselho Municipal de Direito da Criança e Do
Adolescente

ISOSRC

INSTITUTO RIO DE CONTA

PROCESSO SELETIVO EM DATA UNIFICADA PARA **CONSELHEIRO TUTELAR** BARRA DO ROCHA - BA

SEGUNDA ETAPA – EXAME DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.

GABARITO DEFINITIVO DA PROVA REALIZADA EM 21 DE JULHO DE 2019

QUESTÕES/RESPOSTA
01- (A) (B) (C) (●) (E)
02- (A) (B) (●) (D) (E)
03- (A) (●) (C) (D) (E)
04- (A) (B) (C) (D) (●)
05- (A) (B) (C) (●) (E)
06- (●) (B) (C) (D) (E)
07- (A) (●) (C) (D) (E)
08- (A) (B) (●) (D) (E)
09- (A) (B) (●) (D) (E)
10- (A) (B) (C) (●) (E)

QUESTÕES/RESPOSTA
11- (●) (B) (C) (D) (E)
12- (A) (B) (C) (●) (E)
13- (A) (B) (C) (D) (●)
14- (A) (B) (C) (D) (●)
15- (A) (B) (●) (D) (E)
16- (A) (B) (C) (D) (●)
17- (A) (B) (C) (●) (E)
18- (A) (B) (C) (D) (●)
19- (●) (B) (C) (D) (E)
20- (A) (B) (●) (D) (E)

QUESTÕES/RESPOSTA
21- (A) (B) (●) (D) (E)
22- (A) (B) (C) (●) (E)
23- (●) (B) (C) (D) (E)
24- (A) (●) (C) (D) (E)
25- (●) (B) (C) (D) (E)
26- (A) (B) (C) (D) (●)
27- (●) (B) (C) (D) (E)
28- (A) (B) (C) (D) (●)
29- (A) (B) (C) (●) (E)
30- (A) (●) (C) (D) (E)

Conselho Tutelar 21 de julho de 2019
CMDCA- Barra do Rocha-Ba